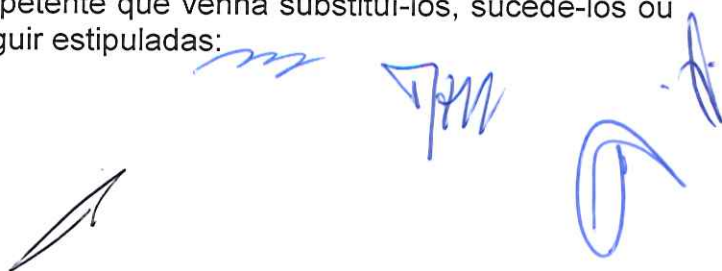


CONTRATO PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL E A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR.

Conforme autorização firmada no Convênio de Cooperação assinado em 06 / 07 / 2017, pelo presente instrumento, o **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa no Palácio Iguazu, Praça Nossa Senhora da Salette, s/n, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.416.940/0001-28, neste ato representado pelo Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná Senhor Antonio Carlos Bonetti, conforme autorizado pela Lei 8.485/1987, doravante denominado **ESTADO**, o **MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no endereço sito na Praça Bento Munhoz Rocha Neto, 30 – Centro, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.105.600/0001-86, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Bihl Elerian Zanetti, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR**, sociedade de economia mista sob controle do Estado do Paraná, constituída pela Lei Estadual 4.684, de 23 de janeiro de 1963 e alterações, com sede em Curitiba, na Rua Engenheiros Rebouças, 1376, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.484.013/0001-45, neste ato representada por seu Presidente Mounir Chaowiche e pelo Diretor Comercial Antonio Carlos Salles Belinati, doravante denominada **CONTRATADA**; resolvem celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA** para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no âmbito do território do **MUNICÍPIO**, no regime de prestação regionalizada, o qual se regerá pela legislação pertinente, em especial pelo art. 241 da Constituição Federal, art 256 da Constituição do Estado do Paraná, art. 13 da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005, art. 24, XXVI da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Decreto Federal 7.217, de 22 de junho de 2010, pela Lei Estadual 4.684, de 23 de janeiro de 1963, alterada pelas Leis 4.878, de 19 de junho de 1964 e 12.403, de 30 de dezembro de 1998, pela Lei Complementar Estadual 94, de 23 de julho de 2002, pelas Leis Municipais 406/2016, de 19/05/2016, 422/2016, de 04/10/2016 e 426/2016, de 27/10/2016, Resolução Homologatória 003, de 12 de abril de 2017 da AGEPAR, pelos Decretos Estaduais 3.926, de 17 de outubro de 1988 e alterações e 2.460, de 8 de janeiro de 2004 ou outro dispositivo que venha ou outros dispositivos editados por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los e pelas condições a seguir estipuladas:



DO OBJETO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste contrato a exploração dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO no limite territorial do MUNICÍPIO, compreendendo a captação, adução, produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação, manutenção de redes, incluindo as ligações prediais e os instrumentos de medição, a coleta, remoção e destinação final de esgotos, observado o regime de prestação regionalizada previsto na legislação estadual (atualmente art. 36B da Lei Complementar Estadual 94/2002) e o que dispõe a Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, que estabelece que o saneamento básico é serviço de interesse metropolitano ou comum dos Entes Contratantes, que por este instrumento compartilham a sua gestão e titularidade.

§1º - Os serviços objeto deste contrato serão prestados exclusivamente pela CONTRATADA, nas áreas afetas à exploração, mediante a cobrança de tarifa diretamente dos usuários do serviço, na forma estabelecida na lei e neste contrato.

§2º - A delegação a que se refere esta cláusula abrange toda a área urbana do MUNICÍPIO, em regime de exclusividade, podendo ser alterada, de comum acordo entre as partes, mediante revisão e aditivo contratual, preservado o equilíbrio econômico e financeiro da prestação dos serviços.

§3º - As áreas do MUNICÍPIO não integrantes da área objeto da delegação permanecem sob a responsabilidade deste e só poderão ser transferidas para a CONTRATADA se forem elevadas à condição de distrito e desde que haja viabilidade técnica e econômica e condições financeiras de prestar os serviços.

§4º - O saneamento básico nas áreas remanescentes a que se refere o parágrafo anterior poderá ser objeto de soluções individuais ou de prestação de serviços, diretamente ou indiretamente, mediante autorização legislativa, inclusive por organizações comunitárias locais, observada a exclusividade da delegação a que se refere o "caput".

§5º - As áreas remanescentes previstas no parágrafo anterior podem ser objeto de prestação de serviço em regime de parceria entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO e/ou organizações comunitárias locais.

§6º - A CONTRATADA terá prioridade em caso de delegação da prestação dos serviços a que se referem os §§ 3º, 4º e 5º e só poderá ser preterida se ela manifestar o desinteresse na prestação do serviço.

§7º - Por se tratar de área de Região Metropolitana instituída pela Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, a gestão associada prevista no "caput" deverá levar em consideração o compartilhamento de gestão dos serviços de água e esgoto sempre que estiverem envolvidos interesses dos demais Municípios integrantes da Região Metropolitana, conforme orientação do órgão estadual responsável, sendo que a prestação dos serviços será de forma unificada ou regional pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, conforme previsão contida nos artigos 36A e 36B da Lei Complementar Estadual 94/2002.

§8º - A prestação regionalizada é entendida nos termos constantes do art. 3º da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, como aquela em que um único prestador atende a dois ou mais titulares.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA poderá realizar os serviços de que trata o presente contrato, diretamente ou através de terceiros autorizados por ela, entidades públicas ou privadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Inclui-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto na legislação correlata.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete a CONTRATADA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada:

- a) estudar, projetar e executar as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários;
- b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execução dos convênios ou contratos celebrados para fins do item “a”;
- c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários;

DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência deste contrato é de trinta (30) anos a contar da data da sua assinatura, prorrogável por igual período, a critério dos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal, mediante termo aditivo, conforme art. 2º e art. 4º da Lei Municipal 426/2016.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não ocorrendo a prorrogação prevista no “caput” desta Cláusula, a CONTRATADA continuará prestando os serviços de água e esgoto, permanecendo válidas todas as cláusulas e condições deste Contrato, até o efetivo pagamento pelo MUNICÍPIO da indenização referida na Cláusula Vinte e Nove, abrangendo, inclusive, os bens pré-existentes registrados na contabilidade da SANEPAR, consoante prevê a Lei Municipal 426/2016 e a Cláusula Sétima deste Contrato.

DOS OBJETIVOS E METAS

CLÁUSULA QUINTA: Na parte relativa ao objeto e área de atuação deste Contrato, a CONTRATADA deverá observar os objetivos e metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto previstas no Plano Municipal de Saneamento e que passa também a fazer parte deste Contrato, sendo que o referido plano deve ser compatível com o planejamento estadual para o saneamento básico, em especial com relação ao plano de gestão da SANEPAR (Planejamento Estratégico), conforme consta do art. 21 da Lei Municipal 426/2016 e na Lei Complementar Estadual 94/2002, sendo que as metas são as seguintes:



- Manter o Índice de Atendimento por Rede de Abastecimento de Água – IARDA em cem por cento (100%), da população urbana da sede do MUNICÍPIO, durante toda a vigência do Contrato.
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 85%, da população urbana da sede do município, até o ano de 2030;
- Manter o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 85%, da população urbana da sede do município, até o ano de 2045.
- Atendimento ao Sistema de Abastecimento de Água das localidades Barragem do Capivari e Ribeirão Grande.
- ETAPA 1: a execução das obras de implantação e interligação do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário da Área Industrial 2 em 2017.
- ETAPA 2: a execução das obras de implantação e interligação do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário da Área Residencial Especial em 2020.
- ETAPA 3: a execução das obras de implantação e interligação do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário da Área Industrial 1 CICAMP em 2023.

§1º - Para o cálculo do alcance das metas acima referidas serão utilizados os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do SGC – Sistema de Gerenciamento Comercial da Sanepar.

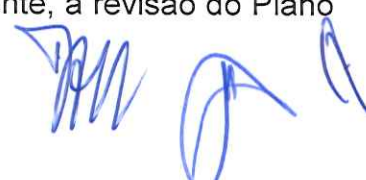
§2º - Os percentuais referidos no “caput” admitirão uma variação de dois pontos percentuais para cima ou para baixo.

§3º - O atendimento das metas previstas nesta cláusula está condicionado à obtenção de financiamentos junto aos organismos competentes, com a respectiva anuência do Chefe do Poder Executivo municipal e da obtenção das licenças mencionadas na Cláusula Vinte e Seis, sendo que o desatendimento das metas por atraso ou problema na liberação dos recursos ou das licenças e outorgas ou por problemas na contratação de serviços (e.g. licitações), desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e com o conhecimento da ENTIDADE REGULADORA, não poderá ser caracterizado como inadimplemento do contrato para efeito de extinção.

§4º - Quando verificada alguma das condições previstas no §3º desta cláusula, o plano de metas será revisto pelas partes contratantes.

§5º - Toda e qualquer revisão e ajuste das metas iniciais dos serviços de saneamento básico ensejará alterações no Contrato de Programa, sendo asseguradas a preservação do equilíbrio econômico e financeiro da sua prestação e a necessária articulação e adequação com o planejamento e com as metas de âmbito regional ou estadual.

§6º - As Metas e Prazos dos Serviços, constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico, serão revisados a cada quatro (4) anos, concomitantemente, à revisão do Plano de Saneamento.



§ 7º A prestação dos serviços ainda deverá levar em consideração o planejamento integrado da Região Metropolitana a ser elaborado e aprovado pelo órgão estadual competente, o qual deverá levar em consideração os planos municipais de saneamento básico de forma a compartilhar os interesses dos Municípios no que se refere ao planejamento dos serviços de água e esgoto prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná de forma unificada, respeitado o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos vigentes e a exequibilidade dos serviços.

DO PLANO DE GESTÃO

CLÁUSULA SEXTA: Os investimentos necessários ao alcance do estabelecido nos objetivos e metas previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico, assim como as prioridades de ação para o alcance destas metas deverão ser previstas no Plano de Gestão (Planejamento Estratégico) elaborado pela CONTRATADA, o qual também será revisado no mínimo a cada quatro (4) anos, com conhecimento do ESTADO, do MUNICÍPIO e da ENTIDADE REGULADORA, nos termos do Convênio de Cooperação.

§1º - A CONTRATADA elaborará os relatórios anuais de desempenho com as metas, resultados e demonstrações financeiras relativas à execução do contrato e a prestação das contas e dos investimentos efetuados no ano anterior, que serão entregues ao MUNICÍPIO e à ENTIDADE REGULADORA e estarão disponíveis na rede mundial de computadores – internet.

§2º. O primeiro relatório deverá ser apresentado pela CONTRATADA em até um ano depois da assinatura deste Contrato.

§3º - A CONTRATADA, nos projetos de implantação, ampliação e/ou recuperação de sistemas, deverá zelar pela boa condição de saúde da população.

DOS BENS E DIREITOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O sistema objeto de exploração na forma deste contrato será integrado pelos bens e direitos que lhe estão afetos, considerados como necessários e vinculados à adequada execução dos serviços de água e esgoto.

§1º - Integrarão também o sistema todos os bens e direitos que venham a ser adquiridos ou construídos pela CONTRATADA ao longo do período de vigência do contrato, necessários e vinculados à execução adequada dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgoto, os quais deverão estar devidamente registrados na contabilidade da CONTRATADA, de modo a permitir sua fácil identificação.

§2º - O MUNICÍPIO reconhece que os bens e direitos vinculados aos serviços existentes na data da assinatura deste Contrato de Programa são de propriedade da CONTRATADA e estão registrados no seu ativo.

§3º - O valor do imobilizado técnico e dos financiamentos e empréstimos registrados na contabilidade da CONTRATADA referentes ao Contrato de Concessão 159/76, de 23 de julho de 1976, inclusive do período em que a concessão esteve vencida, passam a integrar este contrato para efeito de amortização, depreciação e indenização futura, consoante reconhecido no art. 9º da Lei Municipal 426/2016.



CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA poderá instaurar os procedimentos necessários a promover, na forma da legislação vigente, desapropriação por utilidade pública, estabelecer servidão de bens ou direitos, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à operação e expansão dos seus serviços no MUNICÍPIO, respondendo pelas indenizações cabíveis.

§1º - Por acordo, o MUNICÍPIO poderá assumir o ônus da indenização prevista no “caput”.

§2º - O Poder Executivo municipal, mediante solicitação fundamentada da CONTRATADA, declarará previamente através de Decreto, a utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, dos bens imóveis ou direitos necessários à implantação ou ampliação dos sistemas de água e de esgotos, de acordo com os projetos aprovados pelas entidades competentes de que trata esta cláusula.

§3º - Caso o Poder Executivo municipal se recuse ou se omita com relação à obrigação contida no parágrafo anterior, a utilidade pública nele referida poderá ser decretada pelo Chefe do Poder Executivo estadual.

§4º - Para a realização dos serviços prestados com base neste contrato, fica a CONTRATADA autorizada a utilizar os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica, não pagando retribuição pelo uso do espaço público a esta finalidade destinada.

CLÁUSULA NONA: Durante o prazo da delegação e na sua área de abrangência, o parcelamento do solo sob a forma de loteamento ou desmembramento, ou a criação de condomínios, somente serão autorizados pelo Poder Executivo, desde que incluam as redes de água e esgotos executadas pelos empreendedores, com os projetos previamente aprovados pela CONTRATADA.

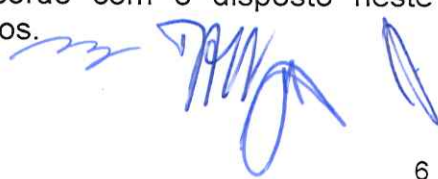
§1º - O proprietário do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas formas, transferirá sem nenhum ônus à CONTRATADA, as redes de água e de esgotos implantadas nos empreendimentos, bens estes não indenizáveis pelo MUNICÍPIO.

§2º - O MUNICÍPIO se obriga a transferir, sem nenhum ônus à CONTRATADA, os bens de sua propriedade, necessários à ampliação dos sistemas de água e esgotos.

§3º - O MUNICÍPIO, através do Chefe do Poder Executivo, poderá transferir a operação dos distritos ou sistemas individuais previstos nos §3º e §5º da Cláusula Primeira deste contrato, inclusive com a doação dos bens necessários para a prestação dos serviços, mediante termo aditivo ao presente Contrato, consoante autorização prevista no parágrafo único do art. 8º da Lei Municipal 426/2016.

DO SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

CLÁUSULA DEZ: A CONTRATADA, durante todo o prazo da vigência da contratação, deverá prestar os serviços de água e esgotos de acordo com o disposto neste instrumento, visando o satisfatório atendimento dos usuários.



§1º - Para os efeitos do que estabelece esta cláusula e sem prejuízo do disposto no Convênio de Cooperação e nos decretos estaduais que disciplinam a prestação dos serviços de água e esgotos, serviço adequado é o que, gradualmente, considerando a capacidade de pagamento dos usuários, buscará atingir condições efetivas de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas cobradas dos seus usuários.

§2º - Ainda para os fins previstos no parágrafo anterior, considera-se:

- a) **regularidade e eficiência:** a prestação dos serviços contratados nas condições estabelecidas neste contrato e na legislação que disciplina o setor de saneamento básico e os contratos de programa e em outras normas técnicas em vigor;
- b) **continuidade:** a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços contratados para o conjunto da população das áreas atendidas no território do MUNICÍPIO, observados os termos da legislação e deste contrato, ressalvada a adoção de regime de racionamento decorrente de escassez dos recursos hídricos ou de sua inadequada qualidade, bem como as possibilidades de interrupção do serviço em casos individuais previstos na lei e no contrato;
- c) **segurança:** a execução dos serviços contratados de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPAR (Decreto Estadual 3.926/1988 ou outro dispositivo que venha a substituí-lo), que assegurem a segurança e a saúde dos usuários, da comunidade e do meio ambiente;
- d) **atualidade:** modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos serviços contratados na medida da necessidade dos usuários e da capacidade de investimento e pagamento dos usuários, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas deste contrato, sempre preservado o seu equilíbrio econômico e financeiro;
- e) **universalidade:** compreende a generalidade da prestação dos serviços, ou seja, assegurando o direito de acesso aos serviços contratados a todos os tipos e categorias de usuários estabelecidos nas áreas abrangidas pelo contrato, observadas as metas previstas na Cláusula Quinta;
- f) **cortesia na prestação dos serviços:** tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações e sugestões para a CONTRATADA;
- g) **modicidade das tarifas:** a justa correlação entre os encargos decorrentes da prestação dos serviços, a remuneração da CONTRATADA, e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários, através das tarifas e preços dos serviços.



§3º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção pela CONTRATADA em situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens ou por razões de ordem técnica nas seguintes hipóteses:

I - inadimplimento do usuário no pagamento das tarifas, após prévio aviso, sujeitando-se o inadimplente às sanções previstas no Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPAR (Decreto Estadual 3.926/1988) ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

II – negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de medição de água consumida, inclusive nos casos de fonte alternativa, após ter sido previamente notificado a respeito;

III - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da CONTRATADA por parte do usuário ou dentro de seu imóvel;

V – instalação de qualquer dispositivo na rede pública que vai até o cavalete, inclusive, após ter sido notificado para retirá-lo;

VI - eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, plenamente justificados e comunicados à ENTIDADE REGULADORA.

VII – declaração de regime de escassez, suspensão, restrição de uso ou racionamento de recursos hídricos, decorrentes de insuficiência de quantidade ou de qualidade destes, pela autoridade gestora dos recursos hídricos;

VIII – as demais situações previstas no título VI do Decreto Estadual 3.926/1988 ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo, não contempladas neste parágrafo.

§4º - As interrupções programadas deverão ser precedidas de divulgação aos usuários e de comunicação para a ENTIDADE REGULADORA.

§5º - A CONTRATADA passará a prestar os serviços contratados assim que as instalações do usuário estiverem em conformidade com as normas estabelecidas pelas autoridades competentes, desde que já exista rede disponível no local e sem prejuízo do contido no §1º da Cláusula Vinte e Quatro.

§6º - A CONTRATADA exigirá que os usuários geradores de esgotos não domésticos adequem os parâmetros dos efluentes antes dos lançamentos na rede coletora, conforme normas vigentes, sob pena de multa e obstrução imediata de eventual lançamento detectado.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA ONZE: Além do que prevê a legislação, são direitos e deveres dos usuários, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

I - receber os serviços em condições adequadas e, em contrapartida, pagar pontualmente as respectivas tarifas;

II - receber do MUNICÍPIO, do ESTADO, da CONTRATADA, e da ENTIDADE REGULADORA todas as informações relativas ao seu cadastro, necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;

III - levar ao conhecimento da ENTIDADE REGULADORA, do MUNICÍPIO ou da CONTRATADA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à prestação dos serviços objeto deste contrato;

IV - comunicar a ENTIDADE REGULADORA ou ao MUNICÍPIO os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONTRATADA ou seus prepostos na execução do objeto deste contrato;

V - contribuir para a permanência das boas condições dos sistemas e dos bens públicos, por intermédio dos quais são prestados os serviços contratados e os serviços adicionais;

VI - cumprir o Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPAR (atual Decreto Estadual 3926/88) ou documento equivalente, demais decretos e normas editados pela ENTIDADE REGULADORA e pela CONTRATADA, bem como a legislação que disciplina a matéria;

VII - pagar com pontualidade os valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento, inclusive as decorrentes de interrupção;

VIII - responder, na forma da lei, perante a CONTRATADA, pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização de suas instalações e de bens da CONTRATADA;

IX - solicitar e comunicar à CONTRATADA sobre qualquer alteração que pretenda fazer no ponto de entrega da água ou no de coleta de esgoto;

X - autorizar a entrada de prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, nos imóveis que estejam ocupando para que possam ser executados os serviços contratados, podendo estes prepostos, inclusive, instalar os equipamentos necessários à sua regular prestação ou efetuar a leitura e medição;

XI - manter as instalações internas de sua responsabilidade, tais como caixa de água, tubulações e conexões, dentre outras, sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas, estabelecidas pelas autoridades competentes.

XXII - averiguar qualquer vazamento de água existente nas instalações internas, reparando-as imediatamente e responsabilizando-se pelo consumo apurado no medidor.

XXIII – Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos equipamentos relativos a ligação predial de água e/ou esgotos, inclusive em casos de furto, perda ou danos.

DAS TARIFAS

CLÁUSULA DOZE: A tarifa que irá remunerar a CONTRATADA e a política tarifária que se aplicará à prestação dos serviços contratados será uniforme em todo o Estado do Paraná, baseada nos custos de todo o Estado visando o subsídio cruzado entre os sistemas, e a devida remuneração do capital investido pela CONTRATADA, os custos de operação e de manutenção, as quotas de depreciação, provisão para devedores, amortizações de despesas, o melhoramento da qualidade do serviço prestado, a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de programa e a geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos dos serviços.

§1º - A tarifa dos serviços prestados pela CONTRATADA, bem como seus reajustes, revisão ou modificação será fixada nos termos do art. 36C da Lei Complementar Estadual 94/2002 e alterações.

§2º - O cálculo do valor das tarifas terá por base os custos dos serviços, investimentos e demais dados informados e fornecidos pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, devidamente aprovados pelo seu Conselho de Administração, e encaminhados para a apreciação da entidade reguladora estadual competente, nos termos da Lei Complementar 94/2002.

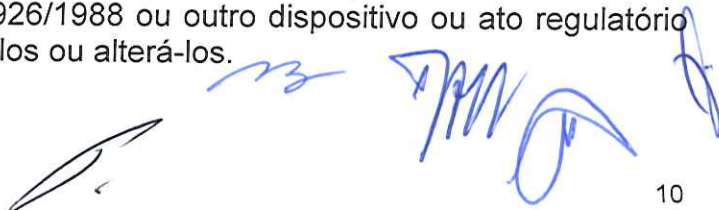
§3º - O Reajuste das tarifas será anual, sempre com intervalo mínimo de doze (12) meses e observado o que consta do §5º.

§4º - A revisão das tarifas poderá ser periódica ou extraordinária, sempre que se verificar a ocorrência de fato superveniente extraordinário não previsto no contrato, fora do controle da CONTRATADA, que venha a provocar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§5º - Para cobrança da tarifa dos serviços adota-se a estrutura tarifária e a tabela de prestação de serviços vigentes, conforme Decretos Estaduais 3.926/1988 e 2.460/2004 e Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017 da AGEPAR e anexos ou outros dispositivos editados por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los.

§6º - Para a garantia do estabelecido nesta cláusula, adotar-se-á um índice de reajuste de preços que reflita a recomposição inflacionária dos preços dos serviços prestados pela CONTRATADA, devidamente demonstrado na planilha de custos dos serviços que a CONTRATADA deve encaminhar para a apreciação da entidade reguladora estadual competente, nos termos da legislação correlata.

§7º - Os serviços adicionais e os serviços específicos vinculados à prestação dos serviços contratados serão remunerados de acordo com a Tabela de Preços de Serviços da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, fixada nos termos dos artigos 59 e 60 do Decreto Estadual 3.926/1988 ou outro dispositivo ou ato regulatório que venha a substituí-los, complementá-los ou alterá-los.



§8º - Os serviços adicionais consistem de serviço auxiliar, complementar e/ou correlato aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, compreendendo as atividades de corte, religação, expedição da segunda via de conta, entre outras;

§9º - As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de trinta (30) dias com relação à sua aplicação.

CLÁUSULA TREZE: As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários (categorias e economias), bem como no estabelecimento de faixas progressivas de consumo (tarifa progressiva), nos termos dos Decretos Estaduais 3.926/1988 e Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017 da AGEPAR ou de outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los.

§1º - Para as tarifas de água, de esgotos e de serviços, permanecem em vigor os preços constantes da tabela de preços anexa à Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017 da AGEPAR ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

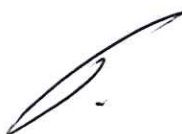
§2º - A tarifa mínima será de acordo com os critérios fixados na Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017 da AGEPAR.

§3º - A tarifa de esgotos será fixada com base em percentual da tarifa de água, este estabelecido por Resolução da AGEPAR no mesmo dispositivo em que é fixado o valor das tarifas, percentual este que nunca será inferior a oitenta por cento (80%).

§4º - A CONTRATADA praticará tarifa diferenciada para a população de baixa renda concedendo descontos sobre a tarifa normal, com base nos critérios para a caracterização de famílias de baixa renda definidos no Decreto Estadual 2.460/2004 ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

§5º. Em situação crítica de escassez motivada por estiagem, contaminação de recursos hídricos ou outro fato extraordinário que obrigue a adoção de racionamento ou redução de produção a níveis não compatíveis com o sistema, além das medidas previstas no Decreto Estadual 3.926/1988 e demais normas regulamentadoras, poderá ser adotada tarifa especial de contingência, com o objetivo de restringir o consumo e cobrir eventuais custos adicionais decorrentes delas, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços.

§6º - O consumo verificado nas ligações de instalações públicas municipais será tarifado com bonificação de cinquenta por cento (50%) sobre a tarifa normal, conforme regulamentação prevista em contrato especial de consumo a ser firmado com a CONTRATADA, no qual, para fins de evitar desperdício de água, haverá expressa previsão de que a bonificação está limitada a média de consumo mensal do MUNICÍPIO, sendo o volume excedente faturado pela tabela normal de tarifa, bem como que a inadimplência de três (3) referências (meses), consecutivas ou não, acarretará na suspensão do benefício, passando as contas a terem seu valor normal.



§7º - O MUNICÍPIO deverá prever em seu orçamento os pagamentos das tarifas devidas por seus entes, banheiros, hidrantes, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados ou de sua responsabilidade.

§8º - O MUNICÍPIO é responsável pelo pagamento da tarifa relativa ao consumo registrado nos hidrantes localizados em área pública, a qual será faturada nos mesmos termos do §6º desta Cláusula.

§9º - O MUNICÍPIO será responsável pela autorização para prestação dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário em áreas de ocupação irregular, bem como pelo pagamento das respectivas tarifas.

CLÁUSULA QUATORZE: É vedado à CONTRATADA conceder isenção de tarifas e custo de seus serviços.

CLÁUSULA QUINZE - A CONTRATADA terá o direito de auferir a receita decorrente da prestação dos serviços específicos vinculados à prestação dos serviços contratados, conforme tabela de preços referida no §6º da Cláusula Doze deste contrato.

OUTROS SERVIÇOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA DEZESSEIS: A CONTRATADA poderá prestar outros serviços específicos na área territorial do MUNICÍPIO, cujas condições de prestação dos serviços serão disciplinadas em termo aditivo ao presente contrato.

§1º - A CONTRATADA terá o direito de auferir diretamente a receita decorrente da prestação dos serviços específicos, conforme preços previstos na tabela de preços mencionada no §6º da Cláusula Doze deste contrato.

§2º - Os valores dos preços dos serviços específicos serão reajustados de acordo com o que dispuserem as normas legais, contratuais e regulamentares aplicáveis.

§3º - A CONTRATADA deverá manter escrituração contábil que permita ao MUNICÍPIO e a ENTIDADE REGULADORA a efetiva e permanente análise dos resultados da exploração dos serviços específicos.

DO SISTEMA DE COBRANÇA

CLÁUSULA DEZESSETE: As tarifas dos serviços prestados pela CONTRATADA serão cobradas diretamente dos usuários atendidos numa única conta/fatura emitida pela SANEPAR.

§1º - A CONTRATADA efetuará as medições dos consumos de água ou, para os casos de não-hidrometração, estimará os consumos e emitirá, com base em medições ou estimativas, a cobrança dos valores devidos aos respectivos usuários, nos termos dos parâmetros estabelecidos no Regulamento dos Serviços Prestados pela CONTRATADA (atual Decreto Estadual 3926/88) ou em ou outro dispositivo editado por autoridade



competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo e na legislação em vigor.

§2º - Serão também lançados nas contas de consumo dos usuários, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e serviços específicos à prestação dos serviços contratados e executados.

§3º - A CONTRATADA poderá contratar outra(s) empresa(s) ou pessoa(s) física(s), instituição financeira ou não, para funcionar(em) como agente(s) arrecadador(es) das contas mencionadas nesta cláusula e no contrato.

§4º - A CONTRATADA, na forma da legislação aplicável, poderá incluir na conta dos serviços prestados valores relacionados a outros serviços públicos prestados por terceiros aos seus usuários ou contribuintes no caso de Municípios, desde que disponibilize aos usuários ou contribuintes a possibilidade de retirar a cobrança quando solicitado, nos termos das legislações afins.

§5º - A responsabilidade pelas dívidas decorrentes dos serviços prestados pela SANEPAR é do proprietário do imóvel matriculado junto a SANEPAR, em especial quando não houver pagamento por parte de inquilinos.

DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E OBRAS EXECUTADAS

CLÁUSULA DEZOITO: Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste contrato, a CONTRATADA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços contratados, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo de vigência do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: Inclui-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto nas Leis Federais 8.987/1995 e 11.079/2004.

CLÁUSULA DEZENOVE: Caberá à CONTRATADA, recompor a pavimentação das ruas e calçadas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e ramais prediais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O MUNICÍPIO poderá executar a recomposição de pavimentação prevista no "caput" desta Cláusula com o objetivo de quitar débitos junto a CONTRATADA.

CLÁUSULA VINTE: Para a execução de obras, a CONTRATADA deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem como utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.



§1º - A CONTRATADA ficará responsável pelo desenvolvimento e execução dos projetos básicos e executivos pertinentes às obras.

§2º - A CONTRATADA, sempre que solicitado, deverá disponibilizar a ENTIDADE REGULADORA toda a documentação relacionada às obras, inclusive estudo de concepção, na medida em que forem sendo produzidos.

§3º - A CONTRATADA manterá constantemente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de implantação e de ampliação dos serviços públicos contratados, dentro de sua política de ação e desde logo poderá firmar convênios com o MUNICÍPIO, nos termos Convênio de Cooperação firmado.

§4º - A CONTRATADA responsabiliza-se em negociar, em caráter prioritário, com os órgãos competentes, a contratação de financiamentos necessários à execução das obras e serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários.

§5º - O MUNICÍPIO se obriga a anuir, sempre que exigido pelos organismos financiadores, nos processos de financiamentos referidos no parágrafo anterior.

§6º - Para a realização de novos empreendimentos de interesse do MUNICÍPIO, poderá ser firmado convênio de parceria entre as partes, mediante a elaboração de Termo Aditivo ao Contrato, nos termos do Convênio de Cooperação vigente.

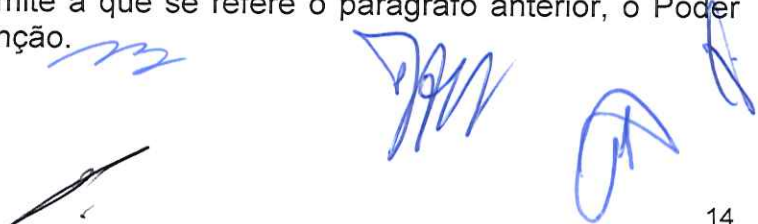
DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA VINTE E UM: As atividades de fiscalização deste contrato serão exercidas por entidade reguladora estadual, atualmente pela **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ - AGEPAR**, denominada de ENTIDADE REGULADORA, por delegação do MUNICÍPIO, nos termos do Convênio de Cooperação assinado em 06/07/17, da Lei Municipal 426/2016, da Lei Complementar Estadual 94/2002.

§1º - A fiscalização a ser exercida pela ENTIDADE REGULADORA abrangerá o acompanhamento das ações da CONTRATADA nas áreas operacionais, de atendimento, contábil, financeira e tarifária.

§2º - Em até cento e oitenta (180) dias contados da data de vigência deste contrato, o MUNICÍPIO deverá constituir o Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico composto na forma do art. 47 da Lei 11.445/2007, o qual anualmente fiscalizará por comissão formada com base no art. 33, XIV do Decreto Federal 6.017/2007 os serviços contratados e, quando identificar inconformidades na sua prestação, as comunicará a ENTIDADE REGULADORA e à CONTRATADA para a adoção das medidas administrativas correlatas.

§3º - Enquanto não for criado o Comitê a que se refere o parágrafo anterior, o Poder Executivo municipal exercerá esta função.



DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA VINTE E DOIS: A falta de cumprimento, por parte da CONTRATADA, de qualquer cláusula ou condição deste contrato ou da legislação aplicável e normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste instrumento e desde que não seja referente às matérias de competência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e do PROCON, poderá ensejar, mediante procedimento administrativo que possibilite a defesa e posterior recurso administrativo, a aplicação das penalidades pela ENTIDADE REGULADORA, na forma da lei.

§1º - O processo de aplicação das penalidades tem início com a lavratura do auto de infração pelo agente responsável pela fiscalização, que tipificará a infração cometida, para fins de aplicação da respectiva penalidade.

§2º - O auto de infração, que obedecerá ao modelo a ser definido pela ENTIDADE REGULADORA, deverá indicar com precisão a falta cometida e a norma violada e será lavrado através de notificação entregue à CONTRATADA, na sua sede, mediante protocolo.

DA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO

CLÁUSULA VINTE E TRÊS: Sem prejuízo das penalidades cabíveis, exclusivamente por indicação em ato próprio e específico da ENTIDADE REGULADORA fixando o prazo, objetivos e limites da intervenção (não podem ultrapassar o território do MUNICÍPIO), conforme dispõe a Lei Municipal 426/2016, poderá o MUNICÍPIO, em conjunto com o ESTADO intervir, excepcionalmente, na prestação dos serviços contratados, quando ação ou omissão da CONTRATADA ameaçar a qualidade da prestação dos serviços objeto deste contrato, colocando em risco a saúde da população, isto apenas pelo período necessário para assegurar a continuidade e adequação da prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais pertinentes sem qualquer prejuízo para as cláusulas e condições deste contrato.

§1º - A ENTIDADE REGULADORA somente poderá indicar a intervenção depois de percorrido processo administrativo próprio, com contraditório e ampla defesa e depois de concedido prazo razoável para que a CONTRATADA sane a irregularidade apontada.

§2º - No ato pelo qual a ENTIDADE REGULADORA indicar a intervenção necessariamente deve indicar o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida aos Chefes do Poder Executivo municipal e estadual para que estes, se assim entenderem, nomeiem o interventor por Decreto.

§3º - A intervenção deverá ser instaurada dentro dos trinta (30) dias seguintes ao ato da ENTIDADE REGULADORA descrito no parágrafo anterior e não poderá exceder ao prazo de noventa (90) dias contados da data de sua instauração pelos Chefes do Poder Executivo municipal e estadual através da indicação do interventor.



§4º - A nomeação do interventor a que se refere o parágrafo anterior se dará pelo MUNICÍPIO e pelo ESTADO, também mediante ato administrativo próprio e específico de cada um dos Entes, vinculado estritamente ao que dispôs o ato de indicação da ENTIDADE REGULADORA.

§5º - A ENTIDADE REGULADORA atuará como fiscalizadora da intervenção, podendo determinar seu encerramento sempre que considerar atendidos os objetivos fixados no ato de indicação previsto no “caput” e §2º desta Cláusula.

§6º - A intervenção a que se refere o “caput” e os parágrafos desta Cláusula, em nenhuma hipótese, poderá autorizar o MUNICÍPIO a assumir a prestação dos serviços ou a ocupar as instalações da CONTRATADA, sendo que a ação do MUNICÍPIO fica limitada à indicação de interventor que atuará em conjunto com interventor designado pelo ESTADO e representante da CONTRATADA na regularização dos fatos que determinaram a intervenção e dentro dos limites e prazos indicados pela ENTIDADE REGULADORA.

§7º - Se todo o procedimento administrativo referido nesta Cláusula não se concluir dentro de cento e oitenta (180) dias contados da data do início do processo administrativo na ENTIDADE REGULADORA, considerar-se-á inválida a intervenção, sem prejuízo do direito da CONTRATADA de ser indenizada por eventuais danos sofridos.

DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: O serviço deverá ser executado em estrita obediência aos parâmetros definidos pela legislação que regula o setor de saneamento básico, em especial quanto à qualidade e potabilidade da água para o abastecimento público, segundo critérios estabelecidos na legislação vigente.

§1º - É obrigatória a ligação de água e esgotamento sanitário em todos os imóveis com edificações no território do MUNICÍPIO, em que o serviço estiver disponível e por isso sujeito ao pagamento de tarifa pelo serviço posto à disposição, mesmo que ainda não esteja efetivada a ligação, que é de responsabilidade do usuário.

§2º - Decorridos noventa (90) dias da primeira notificação da CONTRATADA para que o usuário efetue a ligação na rede de distribuição de água e na rede coletora de esgotos disponível, independentemente de outras sanções cabíveis, o usuário é responsável pelo pagamento da respectiva tarifa para a CONTRATADA.

§3º - A Vigilância Sanitária Municipal, por solicitação da CONTRATADA, exercerá seu poder de polícia e notificará o proprietário ou morador do imóvel objetivando o cumprimento do disposto no §1º desta cláusula, sob pena das medidas administrativas correlatas.

§4º - Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, em especial as de edificações, ambientais, sanitárias e de recursos hídricos.



CLÁUSULA VINTE E CINCO: No perímetro urbano, por solicitação da CONTRATADA, o MUNICÍPIO através de sua secretaria ou entidade responsável, poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas, existentes nos locais providos de rede pública de abastecimento de água, devendo proceder ao fechamento e lacre das referidas fontes de abastecimento, sem direito dos proprietários ou usuários de reclamarem qualquer indenização, consoante previsão contida no Decreto Federal 7.217/2010 e Decreto Estadual 5.711/2002.

§1º - A Vigilância Sanitária Municipal, quando agir na forma prevista no “caput”, deverá dar posterior conhecimento para a ENTIDADE REGULADORA

§2º - Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula, somente serão aplicadas, quando o sistema operado pela CONTRATADA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos pelos poços particulares que se visa lacrar.

§3º - Os poços artesianos/freáticos e cisternas já existentes, continuam com sua utilização livre enquanto não houver impedimentos relativos à preservação da higiene e saúde, sendo que a responsabilidade pela quantidade e qualidade da água é única e exclusiva do proprietário ou consumidor, proibida a comercialização e o fornecimento gratuito a terceiros.

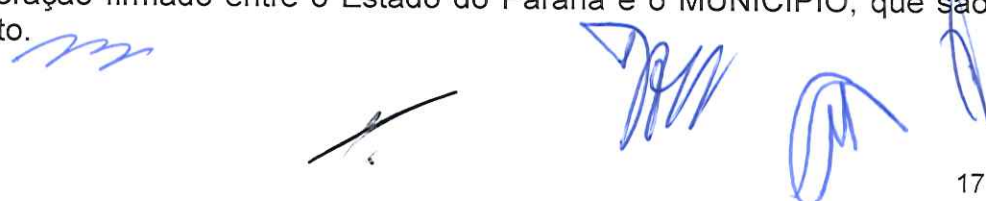
CLÁUSULA VINTE E SEIS: A CONTRATADA é responsável pela obtenção das licenças ambientais e outorgas de uso dos recursos hídricos necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos deste contrato, observado o disposto na sua Cláusula Quinta deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA, desde que cumpridas as normas ambientais e de recursos hídricos pertinentes, poderá opor ao MUNICÍPIO, ao ESTADO ou a ENTIDADE REGULADORA, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais e das outorgas de uso dos recursos hídricos de que trata esta Cláusula, exceções ou meios de defesa como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos previstos neste contrato.

CLÁUSULA VINTE E SETE: Em razão de que a universalização do acesso ao saneamento básico e a proteção do meio ambiente é interesse comum de todas as entidades envolvidas nesta gestão associada e de que o saneamento básico é fator preponderante para a melhoria da qualidade de vida da população e para dignidade humana a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, repassará mensalmente ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, depois de já deduzidas todas as perdas na realização de crédito e os impostos incidentes sobre o faturamento, um por cento (1%) da Receita Operacional / Faturamento total da SANEPAR no Município de CAMPINA GRANDE DO SUL.

§1º. Para ter acesso ao repasse previsto no “caput” desta Cláusula, o MUNICÍPIO deverá instituir o referido Fundo Municipal por Lei.

§2º. Os recursos deverão ser aplicados em projetos e ações que tenham reflexo no saneamento básico, na proteção e recuperação do meio ambiente, consoante prevê o Convênio de Cooperação firmado entre o Estado do Paraná e o MUNICÍPIO, que são partes neste contrato.



§3º. A responsabilidade pela aplicação e destinação dos recursos previstos nesta Cláusula é do MUNICÍPIO, que deverá prestar contas para os órgãos fiscalizadores competentes e à ENTIDADE REGULADORA quando instado a fazê-lo, nos termos do Convênio de Cooperação firmado entre o Estado do Paraná e o MUNICÍPIO.

§4º. O repasse previsto no “caput” será realizado no último dia útil do mês subsequente ao do faturamento, condicionado à inexistência de débitos do MUNICÍPIO para com a SANEPAR.

§5º. No caso da existência de débitos de qualquer espécie do MUNICÍPIO junto a SANEPAR, referentes a três (3) meses ou mais, consecutivos ou não, o repasse do recurso previsto no “caput” desta Cláusula será suspenso e os valores a serem repassados acumulados, sendo liberados somente depois da quitação da dívida pelo MUNICÍPIO.

DA PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA VINTE E OITO: O presente contrato poderá ser prorrogado ou renovado por acordo das partes, a ser celebrado mediante ato formal, justificado e celebrado antes do término do prazo contratual, consoante autorização prevista nos arts. 1º e 2º da Lei Municipal 426/2016.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VINTE E NOVE: O presente contrato será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

I - Advento do termo final do contrato, sem que haja prorrogação pactuada entre as partes;

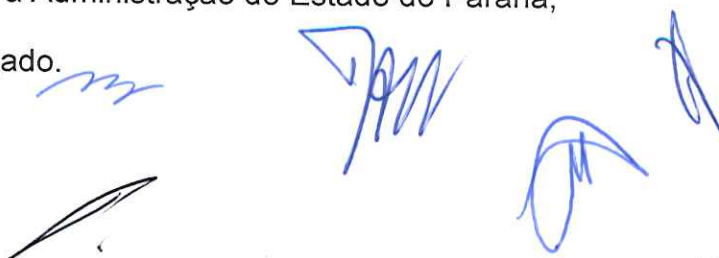
II – Acordo entre as partes pactuado em instrumento próprio;

III – Rescisão motivada, em caso de falta grave ou comprovado inadimplemento das obrigações previstas neste contrato, desde que previamente apurado e decidido em regular processo administrativo da ENTIDADE REGULADORA, que deve ser precedido do processo de intervenção previsto neste Contrato;

IV - Falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela CONTRATADA;

V – Privatização ou repasse do controle administrativo da CONTRATADA para a iniciativa privada ou, por qualquer outro meio em que a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR deixe de integrar a Administração do Estado do Paraná;

VI – decisão judicial transitada em julgado.



§1º - Não ocorrendo a prorrogação do Contrato de Programa ou advindo a extinção deste Contrato, o acervo dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitários somente será revertido ao patrimônio do MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL depois dele assumir previamente a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo e indenizar previamente a CONTRATADA pelo valor contábil e regulatório das parcelas dos investimentos ainda não amortizados, remunerados ou depreciados na vigência do contrato, contemplados também os bens e direitos do Contrato de Concessão anterior (159/1976), consoante §3º da Cláusula Sétima deste Contrato, respeitados os Estatutos da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

§2º - O valor da indenização será apurado pelos contratantes, em conjunto com a ENTIDADE REGULADORA, tomando-se por base a contabilidade da CONTRATADA, que é certificada anualmente pela ENTIDADE REGULADORA e pelo Tribunal de Contas do Paraná.

§3º - Enquanto não ocorrer a indenização prévia e a assunção dos financiamentos pelo MUNICÍPIO prevista no §1º desta Cláusula a CONTRATADA continuará prestando seus serviços no Município, pelo prazo necessário para a remuneração, amortização e recuperação de seus créditos e investimentos realizados através das tarifas, inclusive dos investimentos necessários a continuidade do serviço público, os quais a contratada está desde já autorizada a realizar.

§4º - No caso do parágrafo anterior a CONTRATADA continuará prestando os serviços de água e esgotamento sanitário nas mesmas condições deste Contrato, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro ajustado, até o efetivo pagamento pelo MUNICÍPIO da indenização referida nesta Cláusula, que deverá abranger, inclusive, os bens pré-existent.

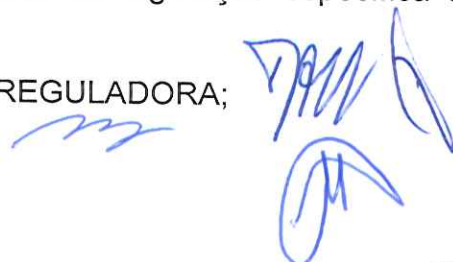
§5º - Atendida a condição prevista no §1º desta cláusula, operar-se-á a reversão, ao MUNICÍPIO, dos bens e instalações vinculados e indispensáveis aos serviços contratados.

§6º - Para efeito da reversão, os bens vinculados e indispensáveis aos serviços contratados são os utilizados, direta, exclusiva e permanentemente na prestação dos referidos serviços, tais como estação de tratamento de esgotos, estação de tratamento de água, redes coletoras de esgotos e redes de distribuição de água.

CLÁUSULA TRINTA: A rescisão do contrato, antes do advento do termo final, só se dará em caso de comprovado inadimplemento das obrigações nele previstas, mediante a formalização de processo de rescisão junto a ENTIDADE REGULADORA, assegurada a ampla defesa e o contraditório e depois de percorrido, sem sucesso, o processo de intervenção.

§1º - No caso de rescisão motivada, para atender ao interesse público, deverão ser realizados consecutivamente os seguintes procedimentos para verificação do inadimplemento, por meio de infrações e falhas, previsto na legislação específica e neste contrato:

I – processo de fiscalização específico pela ENTIDADE REGULADORA;



II – realização de auditoria técnica especializada e independente pelo MUNICÍPIO e pelo ESTADO;

III – instauração de processo administrativo pela ENTIDADE REGULADORA, com o acompanhamento do MUNICÍPIO e do ESTADO e ampla defesa para a CONTRATADA, obedecidos os prazos e procedimentos fixados nas Cláusulas deste contrato, inclusive precedido do processo de intervenção, nos termos da Cláusula Vinte e Três deste Contrato.

§2º - No caso de decisão da ENTIDADE REGULADORA, favorável a rescisão do contrato, esta deverá ser precedida de autorização legislativa específica dos entes convenientes e do pagamento da indenização prévia, nos termos do §1º e §2º da Cláusula Vinte e Nove deste Contrato.

§3º - A decisão da ENTIDADE REGULADORA a que se refere o parágrafo anterior é passível de discussão na esfera judicial por iniciativa da CONTRATADA.

§4º - A partir da rescisão, o MUNICÍPIO ficará responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos perante as instituições públicas, autarquias, em qualquer instância ou tribunal, reclamados por terceiros a qualquer título, pessoas físicas ou jurídicas, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários.

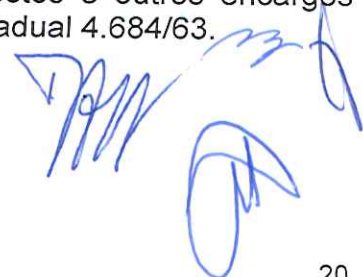
§5º - O processo administrativo de inadimplemento não será instaurado até que tenha sido dado inteiro conhecimento à CONTRATADA, em detalhes, das infrações apontadas, bem como tempo suficiente para providenciar às correções de acordo com os prazos e termos de processo de fiscalização da ENTIDADE REGULADORA e ainda depois de percorrido, sem sucesso, o processo de intervenção.

CLÁUSULA TRINTA E UM: Para efeito de indenizações de que tratam as Cláusulas Vinte e Nove e Trinta será utilizado o valor resultante de inventário procedido pela ENTIDADE REGULADORA, com base nos dados contábeis e/ou regulatórios da CONTRATADA que serão anualmente certificados, nos termos deste Contrato.

DOS TRIBUTOS

CLÁUSULA TRINTA E DOIS: A SANEPAR está desobrigada de pagar encargos fiscais municipais ou retribuição por uso de bens municipais, seja a que título for, referente à utilização dos espaços públicos, terrestres ou não, inclusive subsolo, com o fim de implantar unidades e redes dos sistemas de saneamento básico, bem como as unidades controladoras desses sistemas, quando necessárias, submetendo-se a legislação fiscal e tributária do MUNICÍPIO relativamente a seus bens e serviços, respeitado o ordenamento jurídico nacional e estadual, em especial o que dispõe o item “a”, do inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A CONTRATADA goza de isenção de impostos e outros encargos fiscais de competência do Estado por força do art. 5º da Lei Estadual 4.684/63.



DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO

CLÁUSULA TRINTA E TRÊS: As partes providenciarão publicação resumida do presente instrumento, mediante extrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data nos respectivos Diários Oficiais, sendo posteriormente registrado e arquivado na ENTIDADE REGULADORA.

DO FORO

CLÁUSULA TRINTA E QUATRO: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para plena eficácia jurídica, o ESTADO, o MUNICÍPIO e a CONTRATADA, por seus representantes legais, datam e assinam o presente contrato em três (3) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si e seus sucessores.

Curitiba, 27 de JULHO de 2017.



MOUNIR CHAOWICHE
Presidente da SANEPAR



BIHL ELERIAN ZANETTI
Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul



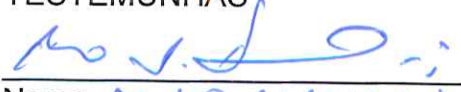
ANTONIO CARLOS BONETTI
Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Paulino Heitor Mexia
Diretor Geral / SEMA



ANTONIO CARLOS SALLES BELINATI
Diretor Comercial da SANEPAR

TESTEMUNHAS



Nome PAULO ALBERTO DEZAN
CPF 186 915 109/78



Nome Júlio César Da Silva
CPF 686.627.189-49
RG. 4.239.687-7 SSP/PR

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#)

[voltar](#)

[Exibir Ato](#)

[Página para impressão](#)

Resolução SEMA nº 016 - 20 de Julho de 2017

[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#) [i](#)

Publicado no [Diário Oficial nº. 9992](#) de 24 de Julho de 2017

Súmula: Designar servidor para responder pelo Gabinete do Secretário desta SEMA.

O **Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**, designado pelo Decreto Estadual n.º 4538/2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual 8.485, de 03 de junho de 1987 e Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, e alterações posteriores.

Resolve:

Designar

O servidor Paulino Heitor Mexia, RG nº 1.849.482-5/PR, para responder pelo Gabinete do Secretário desta SEMA, no período de 24/07/2017 a 02/08/2017, na ausência do titular Antonio Carlos Bonetti, RG nº 2.016.966-4/PR, por motivo de férias.

Cumpra-se.

Curitiba, 20 de julho de 2017.

Antonio Carlos Bonetti

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



[topo](#)

SANEPAR

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA N 158.17

A Comissão de Licitação designada por Resolução comunica aos interessados, que após a análise da documentação apresentada pelas proponentes nos Envelope n.º 1 e 2, apresenta a seguinte classificação:

MBW Tecno Service Ltda. – ME MÉDIA FINAL: 98,60 CLASSIFICAÇÃO: 1ª
ECOLUX Engenharia Consultores Ltda. MÉDIA FINAL: 98,20 CLASSIFICAÇÃO: 2ª

FATHO Automação e Eletricidade Ltda. MÉDIA FINAL: 98,00 CLASSIFICAÇÃO: 3ª

A Comissão de Licitação abre o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente e comunica que no dia 08/08/2017, às 09h, na Unidade de Serviços de Aquisições – USAQ da Sanepar, na Rua Engenheiros Rebouças, 1376 – Curitiba – PR, realizará a sessão de abertura dos envelopes n.º 3 – Habilitação, da licitação em referência. O inteiro teor das Atas está disponível no site da Sanepar (<http://licitacoes.sanepar.com.br>).

Comissão de Licitação

68173/2017

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA N 182.17

A Comissão de Licitação designada por Resolução comunica aos interessados, que após a análise da documentação apresentada pelas proponentes nos Envelope n.º 1 e 2, apresenta a seguinte classificação:

MBW Tecno Service Ltda. – ME. MÉDIA FINAL: 98,60 CLASSIFICAÇÃO: 1ª
FATHO Automação e Eletricidade Ltda. MÉDIA FINAL: 95,98 CLASSIFICAÇÃO: 2ª

ECOLUX Engenharia Ltda-ME. MÉDIA FINAL: 93,67 CLASSIFICAÇÃO: 3ª
TÉCNICA LE Automação e Projetos Elétricos Ltda. MÉDIA FINAL: 93,03 CLASSIFICAÇÃO: 4ª

A Comissão de Licitação abre o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente e comunica que no dia 08/08/2017, às 10h, na Unidade de Serviços de Aquisições – USAQ da Sanepar, na Rua Engenheiros Rebouças, 1376 – Curitiba – PR, realizará a sessão de abertura dos envelopes n.º 3 – Habilitação, da licitação em referência. O inteiro teor das Atas está disponível no site da Sanepar (<http://licitacoes.sanepar.com.br>).

AVISO DE QUALIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA N 179.17

A Comissão de Licitação designada por Resolução, comunica aos interessados no objeto do presente certame, que após a análise das documentações apresentadas nos Envelopes n.º 1 – Propostas Técnicas, decide considerar:

(*) **ENGEVIX Engenharia e Projetos S/A.** Nota Técnica: 54,60 pontos;

OSM Engenharia de Projetos Ltda. Nota Técnica: 93,00 pontos;

PROENSI Projeto e Engenharia de Sistemas S/S Ltda. Nota Técnica: 98,00 pontos;

(*) A empresa **ENGEVIX Engenharia e Projetos S/A.**, foi desclassificada em observância aos subitens 4.2.3 e 4.2.4 do Capítulo VII do Edital. A Ata de Julgamento das Propostas Técnicas está disponível na USAQ e na Internet no site da Sanepar: <http://licitacoes.sanepar.com.br>. A Comissão de Licitação abre o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente e comunica que no dia 09/08/2017 às 9h, na Unidade de Serviços de Aquisições – USAQ da Sanepar, na Rua Engenheiros Rebouças, 1376 – Curitiba – PR, realizará a sessão de abertura dos envelopes n.º 2 – Proposta de Preço, da licitação em referência.

Lucas Paulino da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO N 226.17

Objeto: Elaboração de projeto elétrico para ampliação do sistema de esgotamento sanitário do município de Realeza, conforme detalhado nos anexos do edital.
Recurso: próprios. **Abertura da Licitação:** 15 h do dia 5/10/2017. **Informações complementares:** Podem ser obtidas na Sanepar à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 – Curitiba/PR, Fones (41)3330-3910/3330-3128 ou Fax (41)3330-3174/3330-3200, ou pelo site <http://licitacao.sanepar.com.br/>.

Luciano Valério Bello Machado

Diretor Administrativo

69058/2017

AVISO DE LICITAÇÃO N 218.17

Objeto = Lote 1: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de válvulas redutoras de pressão para a área de abrangência da Unidade Regional Curitiba Leste – URCTL nos municípios de Curitiba, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, conforme detalhado nos anexos do edital.
Lote 2: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de válvulas redutoras de pressão para a área de abrangência da Unidade Regional Curitiba Norte – URCTN nos municípios de Curitiba, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, conforme detalhado nos anexos do edital.
Abertura da Licitação: 14 h do dia 23/8/2017. **Informações complementares:** Podem ser obtidas na Sanepar à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 – Curitiba/PR, Fones (41)3330-3910/3330-3128 ou Fax (41)3330-3174/3330-3200, ou pelo site <http://licitacao.sanepar.com.br/>.

Luciano Valério Bello Machado

Diretor Administrativo

AVISO DE QUALIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA N 191.17

A Comissão de Licitação designada por Resolução, comunica aos interessados no objeto do presente certame, que após a análise das documentações apresentadas nos Envelopes n.º 1 – Propostas Técnicas, decide considerar:

ENGEVIX Engenharia e Projetos S/A. Nota Técnica: 93,75 pontos;

OSM Engenharia de Projetos Ltda. Nota Técnica: 98,17 pontos;

A Ata de Julgamento das Propostas Técnicas está disponível na USAQ e na Internet no site da Sanepar: <http://licitacoes.sanepar.com.br>. A Comissão de Licitação abre o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente e comunica que no dia 08/08/2017 às 11h, na Unidade de Serviços de Aquisições – USAQ da Sanepar, na Rua Engenheiros Rebouças, 1376 – Curitiba – PR, realizará a sessão de abertura dos envelopes n.º 2 – Proposta de Preço, da licitação em referência.

Comissão de Licitação

68897/2017

EXTRATO DE CONTRATO

A Companhia de Saneamento do Paraná torna público que celebrou com o município de CAMPINA GRANDE DO SUL e com o ESTADO DO PARANÁ, o Contrato de Programa nº 167/2017, para Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, com exclusividade e por dispensa de licitação nos termos do artigo 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, conforme as seguintes condições:
Prazo: Trinta (30) anos, prorrogáveis; **Início:** 27/07/2017; **Lei Municipal Autorizativa** Nº 426, de 27/10/2016; **Metas:** Manter o Índice de Atendimento por Rede de Abastecimento de Água – IARDA em cem por cento (100%), da população urbana da sede do Município, durante toda a vigência do Contrato; Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de oitenta e cinco por cento (85%), da população urbana da sede do Município, até o ano de 2030, mantendo-o até o ano de 2045; Atendimento ao SAA das localidades Barragem do Capivari e Ribeirão Grande; ETAPA 1, a execução das obras de implantação e interligação do SAA e do SES da Área Industrial 2 em 2017; ETAPA 2, a execução das obras de implantação e interligação do SAA e do SES da Área Residencial Especial em 2020; ETAPA 3, a execução das obras de implantação e interligação do SAA e do SES da Área Industrial 1 CICAMP em 2023.

Curitiba, 27 de Julho de 2017,

Mounir Chaowiche

Presidente da Sanepar.

69063/2017

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, torna público a contratação nos termos do Art. 148 – I do RILC – Dispensa de Licitação em Razão do Valor para Obras e Serviços de Engenharia, nº 12368/2017, Montagem de barrilete DN 150 no Poço La Santa, município de Rio Branco do Sul (Programa Garantir Água). Contrata L.S.V. MANUT.TECNICA EM SIST/ SANEAMENTO LTDA-EPP, valor R\$ 69.800,00, contrato nº 1103042, data de assinatura 27/07/2017

69065/2017

RESULTADO DO JULGAMENTO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 1325/17 - Aquisição de tubo FD K-7 JE - Vencedor(es) / Valor / Item(ns): Saint-Gobain Canalizacao Ltda / R\$ 1.025.043,48 / 0001 0002. Informações mais detalhadas podem ser obtidas através do endereço eletrônico <http://licitacao.sanepar.com.br>

Sergio Augusto Rolim Valeixo
Pregoeiro

68842/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N 1433.17

Objeto: Serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis da SANEPAR. **Recursos:** Próprios. **Limite de Acolhimento de Propostas:** 22/08/17 às 09h. Data da Disputa de Preços: 22/08/17 às 14h por meio de sistema eletrônico no site <http://www.licitacoes-e.com.br>. **Informações Complementares:** Podem ser obtidas na Sanepar, à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 – Curitiba/PR, Fones (41) 3330-3910 / 3330-3128 ou Fax (41) 3330-3910 / 3330-3200, ou no site acima mencionado.

Luciano Valério Bello Machado
Diretor Administrativo

69200/2017

RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N 126.17

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a habilitação da empresa Eset Engenharia e Topografia Ltda., primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços, da referida licitação, e a declara vencedora do certame licitatório, pelo preço de R\$ 70.246,80. O inteiro teor das Atas de Julgamento das propostas e habilitação está disponível na Sanepar. (<http://licitacoes.sanepar.com.br>) Abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N 166.17
A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a habilitação da empresa Eco Geotécnica e Obras Ltda., primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços, da referida licitação, e a declara vencedora do certame licitatório, pelo preço de R\$ 908.000,00. O inteiro teor das Atas de Julgamento das propostas e habilitação está disponível na Sanepar. (<http://licitacoes.sanepar.com.br>) Abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.
Ido Marcos da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

69406/2017

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
551192517

Documento emitido em 02/08/2017 15:49:34.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 9997 | 31/07/2017 | PÁG. 25

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE
www.imprensaoficial.pr.gov.br
68724/2017

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA - 1ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUIJUI Rua Mateus Leme, 1142 - 1º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9518 - E-mail: ciba-18v-cv@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO A DOUTORA RENATA ELIZA FONSECA DE BARCELOS COSTA, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Capital do Estado do Paraná, no ato de proferir a sentença de mérito, tendo em vista o conteúdo da petição de citação de **ANTONIO MAURO ROSSATO** (CPF nº 199.453.939-53), tem o presente a intimação de **CITAÇÃO DOS EVENTUAIS INTERESSADOS**, para no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da presente sentença, comparecer ao ato de julgamento, sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestada, presumir-se-á a ocorrência de verdadeiros os fatos articulados pela parte autor, quanto a matéria de fato. Sintese: Ação de Autor que vem postulando, por si e seus antecessores, a área equivalente ao Sobrado n. 04 do Condomínio Dona Amália, de 55.70m², localizada na Rua Oliveira Vianna, 3512, Bairro Curitiba-PR, para mais de 55 (cinquenta e cinco) anos, mantendo pacificamente, sem interrupção nem oposição. O imóvel usucapido está localizado no terreno matriculado sob o n. 66.228 da 3ª Carteira de Registro de Imóveis de Curitiba-PR. Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, o presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de trabalho da parte, no lugar público e de costume, NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, aos 02 dias do mês de julho do ano de 2017, eu, Marcos Aurélio de Oliveira Pinto, Técnico Judiciário, e redigi com base na minuta do edital de vol. 36.1. Foi assinado pela MJM, Juíza de Direito, BEATRIZ FRUET DE MORAES Juíza de Direito Substituta.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA - 1ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUIJUI Rua Mateus Leme, 1142 - 1º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9518 - E-mail: ciba-18v-cv@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO A DOUTORA KARINE PEREIRA DE LIMA ANTONES, Meritíssima Juíza de Direito Substituta da 1ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Capital do Estado do Paraná, no ato de proferir a sentença de mérito, tendo em vista o conteúdo da petição de citação de **ANTONIO MAURO ROSSATO** (CPF nº 199.453.939-53), tem o presente a intimação de **CITAÇÃO DOS EVENTUAIS INTERESSADOS**, para no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da presente sentença, comparecer ao ato de julgamento, sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestada, presumir-se-á a ocorrência de verdadeiros os fatos articulados pela parte autor, quanto a matéria de fato. Sintese: Ação de Autor que vem postulando, por si e seus antecessores, a área equivalente ao Sobrado n. 04 do Condomínio Dona Amália, de 55.70m², localizada na Rua Oliveira Vianna, 3512, Bairro Curitiba-PR, para mais de 55 (cinquenta e cinco) anos, mantendo pacificamente, sem interrupção nem oposição. O imóvel usucapido está localizado no terreno matriculado sob o n. 66.228 da 3ª Carteira de Registro de Imóveis de Curitiba-PR. Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, o presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de trabalho da parte, no lugar público e de costume, NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, aos 02 dias do mês de julho do ano de 2017, eu, Marcos Aurélio de Oliveira Pinto, Técnico Judiciário, e redigi com base na minuta do edital de vol. 36.1. Foi assinado pela MJM, Juíza de Direito, KARINE PEREIRA DE LIMA ANTONES Juíza de Direito Substituta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 012/2017

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE ESCOLAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES. DATA/HORÁRIO ENVIO DE PROPOSTAS: 15 DE AGOSTO DE 2017 DAS 9h às 11h. DATA/HORÁRIO ENVIO DE LANCES: 15 DE AGOSTO DE 2017 DAS 14h35min às 16h.

SOLANGE DE FÁTIMA VIDAL SOUZA
PREGOEIRA

O EDITAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO PORTAL DE COMPRAS: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br
INFORMAÇÕES, CONTATAR PELOS FONES: (0XX41) 3350-3009, 3350-3151 E 3350-3175.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2017 - GMS - FUNDEPAR
PROTOCOLO Nº 13.911.065-0
OBJETO: reparos e melhorias no Colégio Estadual do Campo Aurélio Buarque de Holanda, no Município de Pitanga.
AUTORIZADOR POR: Victor Hugo Boselli Dantas - Diretor Presidente.
DATA DE ABERTURA E LOCAL: 04 de setembro de 2017, às 09:30h (nove horas e trinta minutos), no Auditório do INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, situado à Rua dos Funcionários, 1323, esquina com Rua Recife, Cabral - 80.035-050 - Curitiba - Paraná, VALOR MÁXIMO: R\$ 204.383,20 (duzentos e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e vinte centavos).
RETRATADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES: acesse o site de Compras Paraná no endereço: www.comprasparana.pr.gov.br ou no link Consultar Licitação: Consultar Edital. Outra opção para retirada do Edital e dos Elementos Técnicos Instrutores será junto à Comissão Permanente de Licitação do INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, no endereço acima citado, fornecendo mídia eletrônica para gravação ou providenciando o recolhimento do valor de R\$ 10,00 (dez reais), via GRPR, em qualquer agência credenciada, com o Código de Recolha 5355 (Diversos do Estado), indicando no campo "finalidade" o número do Edital e o INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CP Nº 110/2017 - GMS - FUNDEPAR) para recebimento do CD gravado. Informações: (41) 3250-8305 ou (41) 3250-8302. Curitiba, 27 de julho de 2017. Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA - 1ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUIJUI Rua Mateus Leme, 1142 - 1º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 EDITAL DE CITAÇÃO Processo: 0024799-17.2009.5.16.0001 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Espólio de Contratos Valor da Causa: R\$24.055,34 Exequente(s): BANCO BRADDESCO S.A. (CPF/CNPJ: 06.746.840/0001-12) ADELA BATEL, 1230 - CURITIBA/PR Exequido(s): Romilda Bezerra dos Reis (CPF/CNPJ: 149.253.228-99) Avenida Iguaçu, 2900 bloco 01, sala 22 - Água Verde - CURITIBA/PR - CEP: 80.240-030 EDITAL DE CITAÇÃO DE ROMILDA BEZERRA DOS REIS, brasileira, inscrita no CPF nº 149.253.228-99, PRAZO DE 48 (quarenta e oito) dias, FAZ SABER a todos quantos vierem o presente ou do conhecimento tiverem, que porante este Juízo, tramitam os autos supra identificados, que a parte ROMILDA BEZERRA DOS REIS, brasileira, inscrita no CPF nº 149.253.228-99, foi devidamente citada para que, no prazo de 3 (três) dias pagar a dívida no valor de R\$ 118.118,29 (cento e dezesseis mil e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos), não efetuando o pagamento, proceda-se a penhora de tantos bens quantos bastarem para garantir a execução e respectiva avaliação, tornando-se o auto e de fato ato de execução. (art. 522 V, CPC), a verba honorária, a qual será paga em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.000,00 (mil reais), a qual será reduzida pela metade em caso de pagamento no prazo de 3 (três) dias, (art. 652-A do CPC). Consta no ato de citação, que o devedor poderá oferecer embargos em 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, (art. 738 do CPC). Sintese: "O exequente e credor da execução pelo quantum de R\$ 118.118,29 (cento e dezesseis mil e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos), atualizado até a data de 13/03/2017. O presente edital será afixado no lugar do costume no Fórum e publicado na forma da lei. Em, 27 de julho de 2017. Eu, (Bruno A. do Nascimento), E. Jureamento do Decreto Quarta Vara Cível que o digito e subscrevi. ERICK ANTONIO GOMES Juiz de Direito

EXTRATO DE CONTRATO
A Companhia de Saneamento do Paraná torna público que celebrou com o município de CAMPINA GRANDE DO SUL e com o ESTADO DO PARANÁ, o Contrato de Programa nº 167/2017, para Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e do Esgotamento Sanitário, com exclusividade e por dispensa de licitação nos termos do artigo 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, conforme as seguintes condições: Prazo: Trinta (30) anos, prorrogáveis; Início: 27/07/2017; Lei Municipal Autorizativa Nº 426, de 27/10/2016; Motus: Mantar o Índice de Atendimento por Rede de Abastecimento de Água - IARDA em cem por cento (100%), da população urbana da sede do Município, durante toda a vigência do Contrato; Alíquotas do Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto - IARCE de oitenta e cinco por cento (85%), da população urbana da sede do Município, até o ano de 2030, mantendo-o até o ano de 2045; Atendimento ao SAA das localidades Barragem do Capivari e Ribeirão Grande; ETAPA 1, a execução das obras de implantação e interligação do SAA e do SES da Área Industrial 2 em 2017; ETAPA 2, a execução das obras de implantação e interligação do SAA e do SES da Área Residencial Especial em 2020; ETAPA 3, a execução das obras de implantação e interligação do SAA e do SES da Área Industrial 1 CIGAMP em 2023. Curitiba, 27 de Julho de 2017. Mourir Chawchaw Presidente da Sanepar

COPEL Companhia Paranaense de Energia
COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
ADITAMENTO
A COPEL comunica a emissão do Aditamento nº 01 ao Pregão Eletrônico Copel SGD170240/2017: Objeto: Dispositivo de Leitura e Dongle para Walk By Data: Sessão: Não houve alteração; Alterada Condição da Cláusula de Subcontratação da Minuta do Contrato de Serviços de Troca de Medidores e Instalação de Módulo de Comunicação PIMA-RF; O referido aditamento se encontra à disposição dos interessados em www.copel.com.br e www.licitacoes-e.com.br; Informações: (41) 3331-4155.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA - 1ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUIJUI Rua Mateus Leme, 1142 - 1º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9518 - E-mail: ciba-18v-cv@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DE LUZACAR ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS, na pessoa de seu representante legal, LEODIC ANTONIO FABRIS, MARCIO DINIZ FABRIS e MARIA CLOTILDES DINIZ FABRIS, COM PRAZO DE 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da presente sentença, comparecer ao ato de julgamento, sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestada, presumir-se-á a ocorrência de verdadeiros os fatos articulados pela parte autor, quanto a matéria de fato. Sintese: Ação de Autor que vem postulando, por si e seus antecessores, a área equivalente ao Sobrado n. 04 do Condomínio Dona Amália, de 55.70m², localizada na Rua Oliveira Vianna, 3512, Bairro Curitiba-PR, para mais de 55 (cinquenta e cinco) anos, mantendo pacificamente, sem interrupção nem oposição. O imóvel usucapido está localizado no terreno matriculado sob o n. 66.228 da 3ª Carteira de Registro de Imóveis de Curitiba-PR. Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, o presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de trabalho da parte, no lugar público e de costume, NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, aos 02 dias do mês de julho do ano de 2017, eu, Marcos Aurélio de Oliveira Pinto, Técnico Judiciário, e redigi com base na minuta do edital de vol. 36.1. Foi assinado pela MJM, Juíza de Direito, KARINE PEREIRA DE LIMA ANTONES Juíza de Direito Substituta.

ATHENAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP, torna público que recebeu do IAP, Licença de Operação nº 7600, válida até 25/08/2017, para a Extração e Beneficiamento de basalto, localizado à PR-317, km 435, Bairro São Clemente, Santa Helena/PR.

ATHENAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP, torna público que irá requerer do IAP, renovação da Licença de Operação nº 7600, válida até 25/08/2017, para a Extração e Beneficiamento de basalto, localizado à PR-317, km 435, Bairro São Clemente, Santa Helena/PR.

Comissão Permanente de Licitação do Sistema FIEP
Informações: Edital disponível no site www.fiepr.org.br/licitacao/html
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 579/2017 SENAI-PR
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO-SENAI CIC ABERTURA: 08 DE AGOSTO DE 2017 - 09h00min
LINK PARA ACESSO: <http://compras.fiepr.org.br>

JATOBÁ - AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A.
CNPJ/MF nº 76.701.655/0001-59 - N.I.R.E. nº 41300082286
ATA 144. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Realizada em 10 de maio de 2017

DATA, HORA E LOCAL: Aos 10 de maio de 2017, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, localizada à Avenida Sete de Setembro, nº 6.350, Seminário, CEP 80.240-001, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, reuniram-se os acionistas da JATOBÁ - AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A.

CONVOCAÇÃO: Dispensada, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei 6.404/76, tendo em vista o comparecimento de todos os acionistas da Companhia.

PRESEÇA: Presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.

MESA: Presidente: Carlos Seara Muradas e Secretário: Guilherme de Souza Pinto Muradas.

ORDEN DO DIA: Discutir sobre a seguinte matéria: (I) reeleição dos membros da Diretoria, em razão do término do mandato que se dará em 14.05.2017.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Inicialmente, os acionistas decidiram por lavrar a presente ata sob a forma sumária, conforme permissivo legal contido no Artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76. Posto isso, os acionistas da JATOBÁ - AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A, decidiram, por unanimidade de votos, da seguinte forma:

(I) reeleger, para o mandato de 2 (dois) anos (//) para o cargo de Diretor Presidente: Sr. CARLOS SEARA MURADAS, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Edmir Silveira D'Ávila, nº 146, CEP: 80.310-510, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.291.973-1 e inscrita no CPF/MF sob o nº 837.413.619-00; e (//) para o cargo de Diretor Financeiro o Sr. GUILHERME DE SOUZA PINTO MURADAS, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Américo de Oliveira, 653, Bairro Hugo Lange, CEP 80.035-060, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.291.973-1 e inscrita no CPF/MF sob o nº 837.413.619-00.

(II) Os Diretores ora reeleitos ficam, desde já, empossados em seus cargos mediante assinatura do termo de posse anexo a presente ata, lavrado no Livro de Atas de Reunião da Diretoria.

(III) **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** Os diretores reeleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, quer por lei especial, quer por condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; tampouco foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo, foi dada a palavra a quem dela quiser fazer uso; como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por todos os acionistas presentes.

Certifico que a presente ata é cópia fiel do original lavrado no livro nº 01 de Reunião de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Curitiba/PR., 10 de maio de 2017.

Carlos Seara Muradas Guilherme de Souza Pinto Muradas
Presidente da Assembleia Secretário da Assembleia
Junta Comercial do Paraná - Cartório o registro em 26/05/2017 - Sob Nº 20172998301 - Protocolo: 17/299830-1, de 24/05/2017 - Libertad Bogus Secretária Geral

SIDEPOL - Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná
Rua José Loureiro, 464, sala 21, 2º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80010-000
Fone: (41) 3222-3022 ou 9701-4447 - Email: secretaria@sidepol.org.br
Visite a nossa home page: www.sidepol.org.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE REFORMAÇÃO DOS ESTATUTOS SOCIAIS DO SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ.

O SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ, CNPJ nº 2.055.758/0001-19 por seu presidente Claudio Marques Rolin e Silva, brasileiro, RG nº 4.046.655-0/SSP/PR, CPF nº 785.780.337-00, RG/PASEP nº 17033187112, com endereço na Alameda Júlia da Costa, 2350, apartamento 103, Bigorinho, Curitiba/PR, CEP 80730-070, convoca toda a categoria dos Delegados de Polícia Civil do Estado do PARANÁ, associados ou não, de conformidade com as disposições das leis e estatutos sociais e na legislação pertinente, precipuamente as disposições contidas nas Portarias MTE, nºs 1.186/2008 e 330/2013, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 30 de agosto de 2017, às 18h e 30 minutos em primeira convocação, às 19 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, na sede da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná, à Rua Pedro Agostinho, 850, Curitiba/PR, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão e Aprovação ou não da participação da reatificação/criação da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil - FENDEPOL, e sua respectiva filiação a FENDEPOL; b) Discussão e Aprovação ou não de Alteração do Estatuto Social.

Curitiba, 25 de julho de 2017.

Claudio Marques Rolin e Silva - Presidente.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2017 - PMM - EXCLUSIVO PARA ME E EPP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2017-LIC
MODALIDADE: Pregão Eletrônico
TIPO: Menor preço unitário do item.

Torna pública a Homologação e Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 119/2017 - PMM, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de equipamentos. A empresa habilitada é:

• A empresa LICIMASTER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.236.847/0001-11, no item 01, com valor unitário de R\$ 10.995,63 (dez mil novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e três centavos).

Marmeleiro, 28 de Julho de 2017.
JAIMIR DARCI GOMES DA ROSA
PREFEITO